

ATA DA SEXTA REUNIÃO DO FÓRUM DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO – FPETI-PPR

Às 08h30, do dia dez de novembro do ano de dois mil e dezesseis, quinta-feira, no auditório deste Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, localizado na Avenida Quatorze de Setembro, 1080, com a presença dos Senhores José Roberto Dantas Oliva – MM. Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), Sebastião Celestino – Representante da Diretoria Regional de Ensino, Naide Videira Braga – Dirigente Regional de Ensino Região de Presidente Prudente, Norma Cecília Bizari Cavichioli Franzini – Coordenadora do CRES-LA/PSC, Jéssica Ribeiro Gomes – Representante do CRES-LA/PSC, Luciana Aparecida da S. Oliveira – Representante do CRES-LA/PSC, Larissa Teixeira Grava - Representante do CRES-LA/PSC, Márcia Golin Bueno – Representante do SESI/SP, Capitão PM Washington Hennis da Silva – Representante da Polícia Militar, Maria Cristina Ribeiro – Representante do CIEE, Aline de Paula Trogillo – Representante do SEST/SENAT, Mariane Delatin Rodrigues – Representante da DRADS – Presidente Prudente, Paulo Roberto Silveira Bueno Filho – Representante da Defensoria Pública, Sandra Aparecida T. B. do Nascimento – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Raquel Al faro – Representante do Segundo Conselho Tutelar, Edson Portella Rodrigues – Representante da Coordenadoria Regional do PSDB, Luzia Fabiana Sales - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria Helena Veiga Silvestre – Secretária Municipal de Assistência Social, Kariny Aparecida de Souza Correia – Monitora das Ações Estratégicas do PETI, Simone Tomiazzi — Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente (SAS), Juliane J. Ferreira – Representante do CREAS/CRIAD/PETI, Taelis Borges da Silva Reis- Representante do CREAS/CRIAD/PETI, Elaine C. Dias Spiguel - Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Ondina Barbosa Gerbasi – Secretária Municipal da Educação de Presidente Prudente, Jeová Ribeiro Pereira – Representante do Primeiro Conselho Tutelar, Lígia Iboshi C. Colussi – Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Beatriz Soellen Costa do Carmo – Representante do Conselho Tutelar 2, Débora e Silva Nascimento – Representante do Primeiro Conselho Tutelar, Paloma Leonel Rodrigues de Oliveira – Representante do Conselho Tutelar, Marina F. Souza Zanelato Costa – Representante da Casa do Aprendiz Cidadão, Gilberto Lúcio Zangirolami — Presidente do Conselho intersindical e SINTRACOM-PPTE, Valdecir Alves — Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente, Sidnei de Paula Corral – Presidente do Sindicato dos Bancários de Presidente Venceslau e Região, Miguel Francisco de Oliveira Flora – Representante da 64ª Subseção da OAB de Presidente

Venceslau, Vanderlei Teodoro – Assessor do Prefeito Eleito Nelson Bugalho, Mônica de Souza Alessi – Representante do Segundo Conselho Tutelar, Maria das Graças Chamim Freitas – Representante do Primeiro Conselho Tutelar, Mariela Silva Ribeiro – Representante do Primeiro Conselho Tutelar 1, Maria Eduarda Costa Ferri – Representante do Segundo Conselho Tutelar, Antônio Jesualdo P. Oliveira – Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente, Américo Magro – Representante da OAB - 29ª Subseção de Presidente Prudente, Gustavo Picchi – Defensor Público, Andréia C. Carvalho – Representante da ACIPP, Maria Eugênia Leandro - Representante da ACIPP, Andreia C. S. Almindo – Representante do CREAS, Silvana Vianna Passarello – Gerente Regional do Trabalho, José Wagner Parrão Molina – Juiz da Infância e da Juventude, Nelson Roberto Bugalho – Prefeito eleito de Presidente Prudente e Ednaldo Tributino da Silva Junior—Segundo Conselho Tutelar, realizou-se a reunião, por mim secretariada, do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região – FPETI-PPR.

A reunião iniciou-se com as palavras do Dr. José Roberto Dantas Oliva noticiando a satisfação em receber no Fórum o prefeito eleito, Dr. Nelson Roberto Bugalho, que apesar de ter assumido compromissos na manhã, inverteu a ordem de um para participar da reunião durante pouco tempo.

Como sempre é feito, formou-se mesa com o Prefeito eleito, Nelson Roberto Bugalho, o Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), José Roberto Dantas Oliva, o Juiz da Infância e da Juventude, José Wagner Parrão Molina, a Dirigente Regional de Ensino, Naide Videira Braga, a Secretária Municipal da Educação, Ondina Barbosa Gerbasi, a Secretária Municipal de Assistência Social, Maria Helena Veiga Silvestre, a Gerente Regional do Trabalho, Silvana Vianna Passarello e a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Luzia Fabiana Sales. Quanto às demais autoridades civis, militares, defensor público, advogados, sindicatos, foi dito para que se sentissem à vontade e se considerassem extensão da mesa principal.

Já havia adiantado ao prefeito eleito, o Dr. José Roberto Dantas Oliva, que o Fórum é um espaço de diálogo que foi criado no mesmo dia em que foi instalado o JEIA durante evento que reuniu em torno de 500 pessoas no Teatro Paulo Roberto Lisboa, no Centro Cultural Matarazzo. Disse que a cada três meses são realizadas reuniões para tratar do enfrentamento dessa chaga social, dessa ferida aberta na sociedade, que é o trabalho infantil. Só para situá-lo, ressaltou que temos no Brasil ainda três milhões trezentos e trinta e um mil crianças e adolescentes na faixa etária de cinco aos dezessete anos trabalhando, conforme dados da PNAD de 2014, do IBGE. Os resultados da

PNAD de 2015 estão para ser divulgados. Acredita que o IBGE deve divulgá-los nos próximos dias. Só em Presidente Prudente os dados do censo de 2010 apontavam 2297 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhando.

A faixa etária de 10 a 17 anos, utilizada pelo censo, não é a utilizada universalmente. A PNAD é que adota a faixa etária correta. Ressaltou que, infelizmente, temos crianças dos cinco aos nove anos de idade trabalhando no mundo todo. Não é "privilégio" de Presidente Prudente, do Estado de São Paulo, do Brasil. É uma chaga mundial. Disse que, recentemente, foi falado a respeito da possibilidade de empreender uma luta para transformar Presidente Prudente em uma cidade sem trabalho infantil. Isso é factível. Presidente Prudente tem uma rede de proteção estruturada. A Justiça do Trabalho se incorporou a essa luta em 2012 quando o TST e o CSJT criaram uma comissão nacional. Hoje tem um programa nacional de enfrentamento do problema que envolve os vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho do País. Asseverou que em Presidente Prudente, além do trabalho do Juízo da Infância e da Juventude e da Promotoria da Infância e da Juventude, agora se associa a Promotoria da Educação, ressaltando que a educação é a saída. A Organização das Nações Unidas estabeleceu até o ano de 2025, para todos os países, como o ano que deverá estar definitivamente abolido o trabalho infantil no mundo. Enfatizou que em Presidente Prudente há toda uma rede estruturada e que já realiza um trabalho espetacular. Então havendo o que está acontecendo aqui, essa união de pessoas, em torno de um objetivo comum, disse ele que, sinceramente, conseguiremos até antes.

Relatou que foi efetuada reunião na segunda-feira passada com a participação do Juizado da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e da Juventude, Promotoria da Educação, Ministério Público do Trabalho, Secretarias da Educação e Assistência Social Municipal. A Secretaria Estadual da Educação não pode participar, porém já tinha autorizado a realização de uma pesquisa em reuniões anteriores. Participou, também, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o Ministério do Trabalho.

Nessa reunião foram definidos detalhes para a confecção de um edital a fim de que seja realizada, em Presidente Prudente, uma pesquisa envolvendo as trinta e cinco mil crianças e adolescentes que estudam nas redes municipal e estadual. As pesquisas demonstram que muitas crianças que estudam estão também efetivamente trabalhando. Seiscentos e cinquenta mil daquele universo estão fora da escola. Mas como muitos trabalhadores infantis estão na escola, a ideia é identificar, efetuar busca ativa e encontrar soluções para o problema. Também, ressaltou que o propósito é identificar os principais pontos de vulnerabilidade no município nessa área e depois realizar ações de enfrentamento.

Continuando falou a respeito da inclusão de um item na pauta que é o “Estudo sobre o Trabalho Infantil em Presidente Prudente”. Também outro ponto que não estava na pauta, uma vez que só teve conhecimento durante a reunião, é uma grande novidade vinda das organizações sindicais.

Relatou que uma das propostas feitas no Fórum foi a de inserção de uma cláusula de combate ao trabalho infantil nas negociações coletivas. Disse que recebeu do presidente do SEAAC, Sr. Paulo de Oliveira, ofício justificando a ausência, mas estava participando o presidente do Conselho Intersindical e o Presidente do Sindicato dos Comerciantes. Assim, a categoria profissional estava representada na reunião. A grande novidade é que na convenção coletiva de trabalho 2016-2017, firmada em 9 setembro de 2016, foi inserida a cláusula 47 que versa sobre o combate ao trabalho infantil e diz o seguinte: *É vedada a contratação ou a utilização, direta ou indiretamente, de força de trabalho de qualquer pessoa com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze), desde que respeitadas todas as condições especiais e previsões legais dessa modalidade de contratação; 47.1- Em se tratando de trabalho insalubre, perigoso, penoso, noturno, prejudicial a formação, ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, em horários e locais que não permitam a frequência à escola ou qualquer outro que se insira na lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP – Anexo do Decreto 6.481/2008), a idade mínima para o trabalho é 18 (dezoito) anos; 47.2- O desrespeito às vedações previstas nesta cláusula sujeitarão ao infrator à multa igual ao valor do maior piso salarial previsto nesta convenção coletiva de trabalho, sem prejuízo das sanções que sejam impostas por lei; 47.3- A multa reverterá em favor do empregado prejudicado.* Disse que achou fantástico e, ainda lembrou, conforme falado em reunião anterior, que a imposição de multa seria de difícil negociação e aceitação, mas isso remeteria para multa geral, que normalmente as normas coletivas têm. Entretanto, ressaltou que conseguiram negociar inclusive a imposição de sanção para quem contratar irregularmente criança e adolescente e que foi um passo importantíssimo nas negociações coletivas que vai ao encontro de tudo o que se está defendendo neste Fórum.

Também informou outra boa novidade que diz respeito da casa que era do pequeno trabalhador. O nome foi alterado para Casa do Aprendiz Cidadão. Falou que aos olhos de alguns pode parecer pouca coisa, mas particularmente entende que é muita coisa, porque sinaliza um propósito. A ideia de pequeno trabalhador incomodava extremamente, inclusive já havia se manifestado em outras ocasiões, inclusive em julgamentos, uma vez que remetia à doutrina da situação irregular do antigo Código de Menores e hoje temos que pensar em proteção integral e absolutamente prioritária de crianças e adolescentes e até de jovens.

Antes de passar a palavra ao prefeito eleito, o Dr. José Roberto disse que esteve com Dom Benedito, que é o bispo diocesano de Presidente Prudente, propondo o envolvimento da igreja católica com a causa e, num segundo momento, às demais igrejas, conforme realizado em Aparecida, e ele aceitou prontamente a ideia. Ressaltou que será realizada uma campanha envolvendo todas as igrejas e paróquias de Presidente Prudente e também, posteriormente, a intenção é estender para toda a região.

Falou também que esteve de 9 a 16 de outubro em Aparecida, por ocasião das comemorações do dia de Nossa Senhora Aparecida e também do dia da criança, participando de uma campanha. Noticiou o recebimento de mensagem do Papa Francisco. O propósito é trazer também para Presidente Prudente. A ideia é disseminar a campanha não só na igreja católica, mas também em todas as religiões. A igreja católica deu o início, a intenção é envolver todas as religiões. Disse que durante a conversa com Dom Benedito, ele deu uma sugestão que achou particularmente brilhante e até já anunciou ao prefeito eleito. Ele mencionou que, no ano que vem, Presidente Prudente completa cem anos de existência e disse "Prudente Cem anos Prudente Sem trabalho infantil", com c e com s. Disse que a campanha pode ser desenvolvida e lançou no Fórum a "semente". Também indagou acerca do apoio do Município na realização da campanha. Perguntado aos participantes da reunião acerca da aprovação da campanha, por aclamação foi aprovada pelo Fórum.

Passada a palavra para o prefeito eleito, Dr. Nelson Roberto Búgalho, ele agradeceu o convite feito pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, também, ao Juiz da Infância e Adolescência Dr. José Vagner Parrão Molina, amigos de longa data, à professora Ondina, Secretária da Educação, à Secretária de Assistência Social, Maria Helena e à Sra. Naide, Dirigente de Ensino.

Pediu desculpas. Em razão de outros compromissos agendados, não poderia ficar muito tempo. Ressaltou a importância da iniciativa da Justiça do Trabalho com o apoio das entidades nominadas e outras que poderiam não ter sido nominadas. Falou das Secretarias Municipais que participam e são muito importantes e ainda que, com certeza, fazem um ótimo trabalho nessa área. Disse que assumiria o compromisso de, em seu mandato, lutar contra o trabalho infantil. Inclusive falou a respeito da proposta da campanha "Prudente Cem Anos Prudente Sem Trabalho Infantil", que achou muito interessante. Mencionou que o trabalho infantil está presente em boa parte do mundo, sobretudo no hemisfério sul, onde estão concentrados os maiores problemas que afligem a humanidade, ressaltando que o município estará engajado nessa campanha. Mencionou o trabalho desenvolvido pelo Juiz José Wagner Parrão Molina e o Promotor Luiz Antônio Miguel Ferreira que é reconhecido no Brasil.

Disse, ainda, que há em Presidente Prudente pessoas realmente comprometidas com essas questões.

Lembrou que durante a campanha, nas caminhadas pela cidade, na periferia, às vezes, se deparavam com pequenas casas com duas ou três mães solteiras, sozinhas, com cinco, seis filhos, convivendo no mesmo lar. Ressaltou que Prudente é uma excelente cidade. É a 25ª cidade com o melhor IDH do Brasil e mesmo assim, apesar desses índices que Prudente ostenta, nesse e em outros casos, ainda vemos situações como essa. Falou que a erradicação do trabalho infantil em nossa cidade, como foi dito, é algo factível.

Ressaltou que não vê nenhum senão em editar lei para gravar esta condicionante num alvará de funcionamento das empresas. Disse que não vê nenhum problema em levar adiante essa proposta. Mencionou que se não for possível levar a proposta até o final desse ano, comprometeu-se em ser uma das primeiras ou a primeira medida a ser tomada no início de seu mandato. Agradeceu a atenção de todos e uma vez mais pediu desculpas pela pressa e disse que gostaria de participar mais vezes, ressaltando a importância da presença do município nas discussões, não só as secretarias envolvidas, que têm interface com o problema, mas com a participação do prefeito. Finalizou reiterando o apoio do município com essas ações que são importantes para a cidade e para o Brasil, comprometendo-se a participar da campanha "Prudente Cem Anos Prudente Sem Trabalho Infantil".

A seguir o Dr. José Roberto Dantas Oliva agradeceu e falou a respeito do cata-vento que é o símbolo mundial do combate ao trabalho infantil. Disse que é criação de um brasileiro, e ao contrário do cata-vento tradicional, possui cinco pontas representando os cinco continentes em movimento contra o trabalho infantil. Momento em que pediu licença, retirou o pin do cata-vento de sua lapela e afixou na lapela do paletó do prefeito eleito.

A seguir o Dr. José Roberto Dantas Oliva deu prosseguimento à reunião perguntando se todos receberam a ata da reunião anterior. Pela Sra. Silvana Passarello foi dito que a fala no item 5 é da Sra. Rita da Secretaria de Assistência e não dela como mencionado. Também foi dito que a data correta da última reunião é 4 de agosto e não 8 como constou. Ainda que não havia sido registrado o nome da Sra. Maria Cristina Ribeiro, tendo sido incluído no momento. Colocada em votação com as retificações expostas, a ata anterior foi aprovada.

Retificando o Dr. José Roberto disse que são duas convenções coletivas e não uma como informado anteriormente. Existe outra com os mesmos termos. As categorias profissionais e econômicas são as mesmas mas a abrangência é maior (cláusula 50). Assim, concluiu dizendo, o júbilo ainda é maior.

Registrou justificação de ausências, do Sr. Paulo de Oliveira, conforme já mencionado, do Dr. Luiz Antônio Miguel Ferreira, da Professora Juliane Agli Oliveira Parrão, do Dr. Sebastião Estevam dos Santos e do Capitão PM Marcelo Moura Leite, Comandante da Companhia, mas que está aqui representado também.

A respeito do estudo e aprovação da pesquisa sobre o trabalho infantil, em Presidente Prudente, falou o Dr. José Roberto Dantas Oliva que seria o segundo item da pauta, porém já havia sido aprovado, tanto pelo Fórum como pelo Município, por intermédio do prefeito eleito. Ressaltou que, conforme forem sendo desenvolvidos os atos pertinentes, todos serão informados.

Quanto aos informes sobre a "Exposição um Mundo sem Trabalho Infantil" disse que ela foi realizada inicialmente no Fórum Trabalhista. Depois passou pelo Centro Cultural Matarazzo. Esteve em Aparecida e hoje está no Tribunal. Em razão de danificação de alguns painéis, estão lá sendo reparados e assim permanecerá no TRT/15, em Campinas, por algum tempo. Depois passará a ser itinerante como era o propósito.

Sobre a pesquisa com estudantes em Presidente Prudente já foi dito o que já está sendo feito.

A respeito, a Sra. Fabiana, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, disse que em reunião com o Conselho, foram passadas todas as informações do que foi tratado durante a reunião realizada no Fórum Trabalhista e, também, que começaram a fazer as alterações no edital que foram solicitadas. A previsão para publicação desse edital é no início do mês de dezembro. Entretanto, por mais que seja um edital do Conselho, ele tem que passar pela prefeitura, uma vez que se trata de um processo bem burocrático. Será elaborado um contrato com a empresa de pesquisa vencedora do chamamento público e a prefeitura. O edital será encaminhado por e-mail a todos que participaram da reunião, antes de ser publicado, para sugestões. A previsão é de ser feita a pesquisa nas escolas públicas estadual e municipal com todos os alunos e buscando as incidências maiores de trabalho infantil no município. Será uma pesquisa eletrônica, através de entrevista individual com as crianças. Há, portanto, várias previsões que temos que colocar no edital, porém podem surgir alguns percalços no percurso. Finalizando disse que a previsão para a conclusão é o ano de 2017.

Para esclarecimento, no tocante à Carta Compromisso que foi sugestão do Dr. Sebastião e aprovada no Fórum, mencionou o Dr. José Roberto Dantas Oliva, que ela foi minutada e encaminhada para a OAB de Presidente Prudente, a fim de que fossem colhidas as assinaturas dos candidatos a prefeito do Município. De fato a OAB efetuou contato com os candidatos e eles acharam que estava

muito próximo das eleições e, em razão de compromissos diversos, deixaram de assinar a referida carta. Entretanto, diante do compromisso público efetuado pelo prefeito eleito, disse o Dr. José Roberto Dantas Oliva, que a Carta Compromisso não sofreu qualquer prejuízo à intenção inicialmente anunciada.

Sobre o curso de capacitação dos conselheiros tutelares, ideia também do Fórum, foi realizado com a participação, além do Juizado Especial da Infância e da Adolescência, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Assistência Social, de cento e noventa pessoas. Ressaltou, uma vez mais, o Dr. José Roberto Dantas Oliva, que a proposta que teve sua origem no Fórum foi concretizada. Que tem a intenção de realizar outros eventos com os conselheiros tutelares, assistentes sociais não só de Presidente Prudente mas de toda a região.

Anunciou que também há resultados positivos acerca da audiência pública que aconteceu na Ordem dos Advogados do Brasil em abril deste ano, quando o auditório da OAB estava completamente tomado por empresas, entidades, autoridades e pessoas interessadas e o Ministério do Trabalho. Foi uma ação interinstitucional a partir de levantamentos realizados pelo Ministério do Trabalho. O Ministério Público do Trabalho notificou as empresas que não estavam cumprindo as suas cotas de aprendizagem. O Juizado Especial da Infância e Adolescência também participou dessa ação interinstitucional. Disse que os números que a Dra. Marselha apresentou são animadores. Foram contratados, de forma voluntária, quatrocentos e oito adolescentes e jovens aprendizes em Presidente Prudente só em razão daquela ação realizada na OAB. Há empresas que ainda não cumpriram as cotas, portanto o número apresentado deve aumentar e a partir de agora, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, vão tomar as medidas necessárias para que a legislação seja realmente cumprida. Os primeiros resultados já se fazem sentir e são para comemorar, ressaltou ele. A audiência realizada em Presidente Prudente foi uma das maiores já realizadas no País, graças à ideia que surgiu no Fórum e a atuação do Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho com a participação, ainda inerte, do Juizado Especial da Infância e da Adolescência (JEIA), só no sentido de tentar conscientizar mesmo. Evidentemente se ações foram ajuizadas serão analisadas com a máxima cautela e haverá também resposta do Judiciário Trabalhista dentro do que prevê o ordenamento jurídico brasileiro.

Disse a Dra. Silvana que foi uma ação integrada entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e que ainda há algumas ações em andamento frutos da audiência pública; que há dois auditores-fiscais que são específicos para o cumprimento de cotas, dentre elas a do aprendiz, o Dr.

Sebastião e a Dra. Anne. As empresas estão sendo convocadas para receber a orientação necessária a fim de que cumpram a cota.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva disse que o item "Envolvimento de Religiões a exemplo de Aparecida" já foi adiantado. Ressaltou que se tratou de uma ação de caráter nacional realizada com o apoio do Ministério Público do Trabalho e do Santuário de Aparecida. Participou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Estimulo a Aprendizagem da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Esteve em Aparecida o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins da Silva Filho, a Ministra Maria de Assis Calsing que é a Vice Coordenadora Nacional do Programa, também o Ministro Lelio Bentes Corrêa que foi o Coordenador do Programa e hoje está no Conselho Nacional de Justiça, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Lorival Ferreira dos Santos, o Presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil, Desembargador João Batista Martins César, o Presidente eleito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Desembargador Fernando da Silva Borges, diversos outros desembargadores e juizes. Todos os Fóruns Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tiveram representação em Aparecida. Foi uma semana fantástica e emocionante. Na missa de abertura a imagem de Nossa Senhora Aparecida ingressou com cata-ventos no andor. A ação recebeu mensagem do Papa Francisco que é um chefe de estado e que tem uma luta histórica voltada para os direitos humanos. Então não se trata apenas de uma questão religiosa, é uma mensagem histórica, especialmente para os que são da Justiça do Trabalho. Essa mensagem papal passa a constar na história da luta de enfrentamento do trabalho infantil. A ideia é que se espalhe a todas as religiões para participarem conosco dessa luta. Foram impressas sessenta e sete mil cartas e distribuídas na abertura e durante a missa para todos que lá estavam, também gibis dos Devotos Mirins que foi uma edição especial voltada para o combate do trabalho infantil, tendo sido impressos cento e cinquenta mil exemplares. Houve também a distribuição de cata-ventos e adesivos. Ressaltou que as novas edições dos gibis serão atualizadas com as devidas correções, haja vista que as que foram entregues seguiram com alguns equívocos. Também foram entregues, na ocasião, a revista Cinquenta Perguntas e Respostas, que também foram impressas 10 mil exemplares. Além de outros eventos com crianças. Mencionou também que a exposição "Um Mundo sem Trabalho Infantil" estava ao redor da Catedral.

Disse que se alguém tem alguma ideia ou sugestão será muito bem-vinda. Ressaltou que temos que trabalhar em conjunto.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva mencionou que a Dr. Renata Aparecida Crema Botasso, procuradora do Ministério Público do Trabalho, não pode vir à

reunião uma vez que estava acompanhando uma ação fiscal do Ministério do Trabalho pela manhã, impossibilitando sua presença. Solicitou que fosse relatado a respeito da ação que o Ministério Público do Trabalho realizou em Presidente Prudente que foi o "MPT na Escola" em conjunto com a educação de Presidente Prudente. Os dados são os seguintes: A oficina de capacitação dos educadores ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2016, no anfiteatro da Diretoria Regional de Ensino, sob o comando do procurador Antônio de Oliveira Lima. Na ocasião foram entregues cartilhas, gibis e boletins de orientação. Ressaltou que os professores, até o dia 30 de setembro, teriam que desenvolver o tema em sala de aula. Data limite para entrega dos trabalhos na procuradoria do Ministério Público do Trabalho para que eles concorressem aos prêmios ofertados. Participaram trinta escolas municipais, vinte e cinco estaduais, atingindo um total aproximado de 4000 alunos que receberam as instruções e o material em sala de aula (5º ano nas escolas municipais e 6º ano nas escolas estaduais). Foram entregues aqui em Presidente Prudente os seguintes trabalhos e nas seguintes categorias: na área de música dois concorrentes, conto dois concorrentes, teatro dois concorrentes, curta-metragem um concorrente, poesia treze concorrentes, pintura vinte e oito concorrentes. Os trabalhos entregues para a participação do prêmio demonstraram que o conteúdo, objeto da capacitação, foi multiplicado e muito bem tratado em salas de aula. Os alunos nas salas de aulas demonstraram conhecimento do tema, com conscientização e sensibilização. Todos os alunos receberam medalhas de participação; houve classificação dos alunos em segundo e terceiro lugar que ganharam medalha e um *smartphone*. Os alunos cujos trabalhos foram classificados em primeiro lugar ganharam medalha e um *tablet* e as escolas, cujos trabalhos ficaram em primeiro lugar em cada categoria, ganharam troféu e um cheque simbólico de cinco mil reais que serão representados em materiais a serem entregues às escolas de acordo com a necessidade de cada uma, em lista a ser apresentada por elas.

Uma grande novidade que tivemos diz respeito ao conto feito por um aluno que obteve o primeiro lugar em Presidente Prudente e que também foi classificado em primeiro lugar para a etapa regional em Campinas e agora está concorrendo na etapa nacional, cuja premiação ocorrerá em Brasília. Como relatado pela Dra. Renata, possui grande possibilidade de ganhar o concurso nacional, o que foi ratificado pela professora Naide. Disse que as ações feitas em Presidente Prudente estão surtindo resultados.

Mencionou que foi publicado no sítio do TRT/15 matéria acerca da reunião realizada no Fórum Trabalhista na segunda-feira.

Em relação a outros assuntos, falou que há uma preocupação sobre a questão de estágio de trabalhadores no ensino médio. A legislação prevê a

possibilidade de estágio no ensino médio. Entretanto, há que se tomar algumas cautelas a respeito disso. Se não for tratado com a cautela que ela exige, isso pode gerar um passivo para as empresas, ações na Justiça do Trabalho e, pior, prejuízos para os adolescentes. O estágio pressupõe relação direta entre teoria e prática. Estágio é trabalho? A lei diz que sim, mas a pessoa tem que colocar em prática aquilo que ela está aprendendo na teoria. Disse que estágio, segundo ele, num primeiro momento, deveria ficar restrito para as pessoas que estão na graduação, no ensino superior, terem a oportunidade de pôr em prática aquilo que está aprendendo na teoria, embora a lei preveja, ainda há uma discussão acerca da constitucionalidade dessa previsão. O ensino médio tem em sua grade um componente curricular profissionalizante? É a pergunta que se faz. A resposta na essência é não. Tem uma medida provisória que pode ter um monte de defeitos e, como não é da área da educação, não está habilitado a comentar a respeito, nesse campo, mas identifica nessa medida provisória uma grande virtude, que é a proposta de educação em tempo integral. Pensa que apesar das críticas, de ocupações de escolas e uma série de coisas que estão acontecendo, não houve tempo para amadurecimento de uma proposta que se tenha convertido em medida provisória. Não sabe se houve tempo. Se não estava sendo estudado anteriormente. Segundo informação da Sra. Naide, ficaram estudando dez anos. Se ficaram estudando dez anos, perguntou, precisava de medida provisória? A educação é uma das poucas que tem relevância em urgência a justificar até medidas provisórias. Disse que não está defendendo governo, juiz não tem coloração político-partidária e nem pode ter. Mas se há algum mérito é esse. Excepcionalmente em alguns cursos técnicos profissionalizantes, ensino médio, retornando ao tema central, disse que não tem em sua grade curricular nenhum componente profissionalizante. Se não tem não há como compatibilizar a ideia de estágio com educação do ensino médio nos termos propostos. Mencionou que há que se tomar cuidado para não ser utilizada uma previsão legal boa de colocação em prática daquilo que se aprende na escola, desvirtuando a finalidade da lei e gerando, além da exploração de trabalho sob rótulo de estágio e aí já tem inclusive brincadeiras que são feitas de que a pessoa não seria exatamente estagiário mas seria "escraviário". Então tem que se tomar muita cautela para que não haja desvirtuamento e utilização indevida da lei, gerando exploração e criando passivos também para as empresas que às vezes sem conhecimento mais profundo da lei se veem surpreendidas com ações e com os resultados dessas ações que geram um ônus mais pesado do que se imaginava.

A seguir foram realizadas três palestras sobre o tema "Crianças, adolescentes e jovens – Tráfico de drogas", ministradas pelo capitão PM Washington Hennis da Silva, comandante da 1ª Companhia da Polícia Militar de Presidente Prudente, e pelos psicólogos Norma Cecília Bizari Cavichioli Franzini,

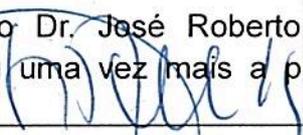
coordenadora dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) do município, e Paulo Roberto Silveira Bueno Filho, agente de Defensoria Pública da Regional de Presidente Prudente.

Após as palestras foi passada a palavra a todos aqueles que quisessem tecer comentários ou perguntas a respeito do assunto tratado.

Após, a pedido do Dr. José Roberto Dantas Oliva, os participantes fizeram apresentações individuais.

Antes do encerramento o Dr. José Roberto Dantas Oliva disse que o encontro foi fantástico e muito enriquecedor. Que as palestras proferidas foram de extrema qualidade e destacou que houve realmente um trabalho muito bem preparado pelos palestrantes para brindar a todos com visões diferentes sobre o tema. Ressaltou que caminhos precisam ser encontrados. O debate é de extrema importância para resolver definitivamente esse problema.

Ficou definido o próximo encontro para o dia 09 de fevereiro de 2017, quinta-feira, as 8hs30.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. José Roberto Dantas Oliva deu por encerrada a reunião, agradeceu uma vez mais a presença de todos, e eu Adailton Alves da Silva,  Diretor da Coordenadoria de Gestão Compartilhada do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, lavrei a presente ata que será encaminhada por meio eletrônico a todos os participantes e, depois de aprovada, assinada por mim e pelo MM. Juiz Dr. José Roberto Dantas Oliva.

JOSE ROBERTO DANTAS OLIVA

Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente
Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA)